

## O INTÉRPRETE DE LIBRAS NA FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PESSOA SURDA

Agnaldo Gondim de Freitas <sup>1</sup>  
Francisco de Acací Viana Neto <sup>2</sup>

### RESUMO

A profissão de intérprete de Libras surgiu, assim como nos outros países, inicialmente através das práticas voluntárias e seu avanço se deu significativamente com a aprovação da Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. Este artigo mostra-se como um dos poucos trabalhos na área, tendo em vista a jovialidade da referida profissão. Dessa forma, conhecer a relação do intérprete de Libras na formação e construção da pessoa surda, se mostra significativo, pois identifica a relação desse profissional na formação do sujeito surdo em situações de comunicação e também discute a importância do intérprete para atender às especificidades educacionais do sujeito surdo ou na formação desse sujeito. A pesquisa em questão, foi realizada com alguns intérpretes e alunos surdos de algumas regiões e Estados do Brasil, principalmente do Rio Grande do Norte. Serão entrevistados seis intérpretes e seis alunos e ex-alunos de algumas escolas, Universidades e outras repartições públicas do Brasil. Foram necessários dez meses para a conclusão da pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevistas escritas e sinalizadas de forma qualitativa e o que se espera obter dessa investigação, são os resultados que mostram de fato a contribuição dos intérpretes na formação do sujeito surdo e em que nível se apresenta essa contribuição.

**Palavras-chave:** intérprete de Libras; Libras; sujeito surdo; formação.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, é notório o avanço da Língua Brasileira de Sinais – Libras – como própria do sujeito surdo e seu uso vem se multiplicando, tanto pela aprovação de novas Leis, como também, pelo surgimento de novos cursos básicos, médios e superiores de Libras e como consequência, os intérpretes de Libras, também ganham destaque tendo em vista sua demanda aumentar e sua presença ser mais constante, seja em sala de aula ou mesmo em uma janela de Libras na televisão, vídeos na internet ou em outros meios visuais de comunicação.

Este artigo apresenta sua problemática com a intenção de entender qual realmente é o papel do intérprete de Libras dentro da relação intérprete/pessoa surda; aqui investigaremos a relação do intérprete de Libras na formação e construção dessa pessoa. Ainda identificaremos a relação desse profissional na formação do sujeito surdo em situações de comunicação e também discutiremos a importância do intérprete para atender às especificidades educacionais do sujeito

---

<sup>1</sup> Graduado do Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Seme-Árido – UFERSA – Campus Caraúbas/RN, [agnaldogondim@gmail.com](mailto:agnaldogondim@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Docente pelo Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Seme- Árido – UFERSA – Campus Caraúbas/RN, [acaci@ufersa.edu.br](mailto:acaci@ufersa.edu.br).



surdo ou na formação desse sujeito.

O que nos motivou para o tema proposto nesta pesquisa, foi a experiência em sala de aula trabalhando como intérprete de Libras, pois com isso percebemos que o trabalho do intérprete vai além do simples ato de interpretar.

Abordaremos o tema desta pesquisa com base nos seguintes principais autores: Leite (2004), Strobel (2009; 2016) e algumas Leis brasileiras pertinentes ao tema. A pesquisa em questão é de natureza qualitativa e tem, quanto aos seus objetivos, o caráter exploratório; foi realizada com alguns intérpretes e alunos surdos de algumas regiões e Estados do Brasil, principalmente do Rio Grande do Norte. Serão entrevistados seis intérpretes e seis alunos e ex-alunos de algumas escolas, Universidades e outras repartições públicas do Brasil. Foram necessários dez meses para a conclusão da pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevistas escritas e sinalizadas de forma qualitativa e o que se espera obter dessa investigação, são os resultados que mostram de fato a contribuição dos intérpretes na formação do sujeito surdo.

Começaremos apresentando um breve histórico da Libras, surgimento e atuação dos intérpretes como parte desse processo histórico; falaremos a seguir sobre a formação do sujeito surdo e a importância do intérprete de libras como formador desse sujeito e concluiremos a pesquisa trazendo os seus resultados.

O presente artigo está baseado em uma pesquisa envolvida, que tem como finalidade, conhecer a relação do intérprete na formação do sujeito surdo em situações de comunicação. Especificamente, pretendemos: identificar a relação do intérprete na formação do sujeito surdo em situações de comunicação; discutir a importância da atuação do intérprete que possa atender às especificidades educacionais do sujeito surdo ou na formação desse sujeito. Portanto, estudar a relação intérprete de Libras/pessoa surda se faz necessário para se fortalecer as estruturas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais e seus usuários.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e de caráter exploratório quanto aos seus objetivos. Para coleta de dados, recorreremos a entrevistas feitas a seis intérpretes que atuam nos níveis básico e superiores de ensino e também um intérprete de uma Câmara Municipal de Vereadores, das respectivas cidades e Estados em ordem alfabética: Assu/RN, Campina Grande/PB, Caraúbas/RN e Mossoró/RN, e seis pessoas surdas, alunos e ex-alunos de algumas instituições de ensino médio e superiores espalhadas por várias cidades e Estados diferentes do



Brasil como descritos a seguir em ordem alfabética: Apodi/RN, Campo Grande/RN, Caraúbas/RN, Carvalhos/MG, Mossoró/RN, Pau dos Ferros/RN e Quixeramobim/CE. A pesquisa foi elaborada de forma escrita e também em vídeo e efetuada por meio de WhatsApp e videochamadas. Foram elaborados no word e impressos, dois questionários diferentes, o primeiro direcionado e entregue aos intérpretes, continha 13 perguntas pertinentes ao tema pesquisado e o segundo questionário, direcionado aos surdos, que continha 5 perguntas também pertinentes ao tema da pesquisa, este segundo questionário foi traduzido e interpretado para a língua de sinais (Libras) e gravado em vídeo.

## **BREVE HISTÓRICO DA LIBRAS, SURGIMENTO E ATUAÇÃO DOS INTÉRPRETES COMO PARTE DESSE PROCESSO HISTÓRICO**

Não é de hoje que os povos adquiriram a capacidade de se comunicarem de forma oral-auditiva (fala) e visuoespacial (sinalização); a fala, as articulações das mãos, juntamente com as expressões faciais e corporais e a escrita, fazem parte do conjunto que denominamos de ato comunicativo. Nos comunicamos por palavras, gestos, expressões, signos, símbolos e sinais e o mais aceito entre os pesquisadores é que a comunicação se deu pela primeira vez diante da necessidade de sobrevivência em épocas remotas onde a tecnologia e o desenvolvimento social humano ganhavam formas e é nesse aspecto de “necessidade”, não mais uma sobrevivência física, mas social e psicológica, que abordaremos o indivíduo (surdo) que precisa se apossar do ato comunicativo para se reconhecer como indivíduo pertencente ao meio.

Segundo várias pesquisas feitas por diversos autores, a língua de sinais tem origem na França no século XVIII, onde em meados deste século, um clérigo de nome Charles Michel de l’Epée criou um método de ensino para pessoas surdas e um alfabeto manual, que deu o nome de Língua de Sinais Francesa. Este mesmo clérigo foi responsável pela criação e fundação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, a primeira escola de surdos do mundo.

Na sequência historiográfica da língua de sinais, se faz necessário relatar que no Congresso de Milão (Itália), ficou determinada a “oralização” como regra para a educação e formação da pessoa com surdez. Neste Congresso, como consequência dessas decisões desastrosas houveram 100 anos marcados pelo banimento da língua de sinais dos ambientes educacionais de todo o mundo, inclusive nas Américas.

Os impactos do Congresso de Milão foram terríveis para a comunidade surda em todo o mundo. Estima-se que já na primeira década após o Congresso de Milão, o ensino das línguas de sinais já estava quase completamente erradicado das escolas, consequência disso é que



crianças surdas em todas as partes do globo, abandonaram as escolas com qualificações e comunicação inferiores aos dos outros alunos ouvintes e ainda decaiu muito o número de professores surdos envolvidos na educação.

Sobretudo, as línguas de sinais resistiram ao tempo e estudiosos aproveitaram esse tempo para estudá-las mais a fundo, analisando seus aspectos gramaticais, trazendo novos olhares sobre suas estruturas linguísticas, como por exemplo, o estadunidense William Stokoe, que na década de 60 identificou aspectos lexicais e sintáticos típicos de línguas genuínas dentro das línguas sinalizadas.

A Libras surgiu da Língua Francesa de Sinais (LSF), devido sua história ter início com o professor surdo Eduard Huet, nascido em Paris no ano de 1822, mudou-se para o Brasil juntamente com sua família e fundou o Imperial Instituto de Surdos Mudos (atual INES) na capital do império o Rio de Janeiro, no ano de 1855. Segundo Strobel (2009, p. 23), “Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais)”.

Como as pesquisas nunca pararam e as línguas de sinais continuaram a ser utilizadas informalmente, sobretudo em grupos fechados e nas residências, aqui no Brasil, um ano representativo para o início de tentativas de consideráveis mudanças na Lei que beneficiassem efetivamente o processo de desenvolvimento das línguas de sinais, foi 1993, com o projeto de Lei nº 4.066 do deputado Sarney Filho (Brasil 1993).

Juntamente com as línguas Americana e a Francesa de sinais, a Libras se une a estas duas primeiras formando um importantíssimo sistema de comunicação identitário das pessoas surdas e é nesse contexto atual, que a profissão de Intérprete de Libras-Português (TILSP) surge, se mostrando necessária dentro desses cenários de mudanças positivas. Hoje os intérpretes de Libras ou TILS, como também são conhecidos, se fazem necessários e importantes nos vários espaços públicos e sociais como escolas, hospitais, tribunais, eventos os mais diversos, meios de comunicação, etc., como afirmam Machado e Feltes (2015, p. 239)

Os profissionais que atuam como TILSP vêm sendo inseridos nos mais diversos contextos da sociedade. [...] É importante que os espaços sociais (públicos) sejam também contemplados na inclusão social da pessoa surda, garantindo o acesso à comunicação e à informação nesses espaços (Machado; Feltes, 2015, p. 239).

Na continuação do desenrolar histórico da Libras e conseqüentemente da profissão de intérprete de Libras, somente em 2002, essa língua foi de fato instituída pela Lei nº 10.436 como língua própria da comunidade surda brasileira: “Art. 1º É reconhecida como meio legal



de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.” (Brasil, 2002)

Outro momento importante nesse desenrolar foi a criação do decreto nº 5.626 que incluiu a Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores em nível médio e superior onde previa também o ensino da língua de sinais na educação básica e em universidades por docentes com licenciatura plena em letras (Brasil, 2005).

Como pudemos observar, a profissão de intérprete de Libras, ela se mistura e se confunde ao reconhecimento oficial dessa língua e seu avanço ao longo da história.

A década de 1980 foi importante para os intérpretes de Libras, pois foi nessa época, principalmente dentro do ambiente religioso, que começaram a se formar os primeiros profissionais da área. A princípio era um trabalho voluntário e informal, muitas das vezes envolvendo membros da própria família do sujeito surdo.

Finalmente em 2010 foi sancionada a lei que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Lei nº 12.319/10 como declara seu Artigo primeiro: “Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)”. (Brasil, 2010).

Recentemente, no ano de 2023, foi sancionada outra Lei que complementa a Lei nº 12.319/10, trata-se da Lei nº 14.704/23 que além de continuar garantindo o exercício da profissão de tradutor-intérprete de Libras ainda dá outras providências (Brasil, 2023), como a inclusão de guias-intérpretes para as pessoas surdocegas e também trata da formação do profissional tradutor-intérprete de Libras dentro do contexto técnico e superior.

## **A FORMAÇÃO DO SUJEITO SURDO**

As pesquisas relacionadas à cognição humana, nos apresenta a aquisição da linguagem como algo fundamental dentro da Teoria Linguística. Estes estudos têm por objetivo, explicar como o ser humano, de forma natural, sem a intervenção de professores, escolas ou outros meios formais de ensino, sai de um estado onde, ele não possui de forma alguma nenhuma expressão verbal, e em algum momento, ainda em seus primeiros anos de vida, absorve e faz uso da língua de sua comunidade e com isso adquire expressão e interação social dela dependente. Segundo Correa (1999, p.239), “Toda criança é, em princípio, capaz de tomar a língua de sua comunidade como língua materna e de adquirir simultaneamente mais de uma língua.”, isso explicaria porque, mesmo em contato com pais ou cuidadores ouvintes falantes das línguas orais, a criança surda seria capaz de assimilar com naturalidade a língua de sinais, quando na primeira

oportunidade seja exposta a ela.

Não cabe aqui nos aprofundarmos nas explicações sobre como os diferentes indivíduos, nas suas variabilidades linguísticas e nas outras diversas variáveis na aquisição da linguagem, se identifica com determinado idioma, o que aqui nos importa mais é sabermos que a L1, ou a primeira língua aprendida, ela é importante na vida de qualquer sujeito seja ele ouvinte ou surdo, e no caso das pessoas surdas, a língua de sinais, no Brasil, a Libras, ela proporciona a este sujeito o desenvolvimento linguístico, cognitivo, psicológico e social, tornando-o indivíduo constituído integralmente, pois, como afirmam (Quadros e Lillo-Martin, 2007) citados por Granemann (2017, p.270): “O uso da língua de sinais possibilita capacidade de expressão dos pensamentos, de ideias e sentimentos de forma clara tanto quanto a aprendizagem de uma língua na modalidade oral [...]”.

Infelizmente, os surdos no Brasil, por pertencerem a famílias que se utilizam predominantemente da língua oral como forma de comunicação e ainda o contato com seus pares serem com outros surdos, que também não utilizam a Libras, é que as construções dialógicas são prejudicadas ou inexistem, portanto, os surdos no Brasil deixam de receber informações importantes, de emitirem seus pensamentos, comentar suas ideias, de terem acesso aos repertórios de histórias infantis, de serem ativos na comunidade em que vivem. (Goldfeld, 2002) citado por Granemann (2017, p.271) ressalta a importância de a criança surda aprender a Libras logo na primeira infância:

Aquilo que a criança ouvinte pode aprender informalmente, ouvindo os pais conversando, assistindo a televisão ou por intermédio de outros informantes, a criança surda deve aprender pelo diálogo direto ou observando outras pessoas conversando em Libras. (Goldfeld, 2002, p. 166).

Conseqüentemente, a aquisição tardia da linguagem para as pessoas surdas, traz como conseqüências, além das já acima citadas, implicações significativas, provocando um déficit irreparável no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes surdos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois, seria de extrema necessidade, estes iniciarem o processo educacional possuindo uma língua base, e sendo fluentes em sua primeira língua. Sendo assim, o ensino da Libras é primordial e determinante, como afirma Granemann (2017, p.271), “[...] uma vez que propicia as relações sociais, constituição da identidade e a aprendizagem dos conteúdos curriculares ministrados pelos professores.”

Na contramão do que é ideal, constatamos que o primeiro contato de boa parte das pessoas surdas com a língua espaço-visual se deu após a primeira infância, o que as prejudicou



e muito na aquisição da linguagem, que deve ser feita logo nos primeiros anos de vida, onde ali se dá a formação sensório-motora e cognitiva. Portanto o convívio cotidiano com uma cultura ouvinte, dentro de um sistema criado e mantido para atender as pessoas que não tem deficiência, gera como consequência a falta de fluência na Libras.

Essa tentativa dos familiares de criar seus filhos surdos dentro do sistema ouvintista supervalorizaram os procedimentos otorrinolaringológicos e fonoaudiológicos, como o uso de aparelhos auditivos, que impuseram aos surdos a cultura oralista, na maioria das vezes, rejeitada pelos próprios surdos. Diante dessa realidade o que constatamos é que a educação ficou em segundo plano e as línguas de sinais desprezadas pela sociedade ouvintista, mas mesmo havendo essa imposição da cultura ouvintista contra a vontade da minoria surda, a *cultura surda* resistiu até hoje. Sobre esse termo cultura surda Strobel (2016, p.29) afirma:

[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (Strobel, 2016, p. 29).

Em resumo, o sujeito surdo é submetido a cultura oralista pelos familiares ouvintes. Apesar de ter existido nos últimos cinco anos um aumento de cerca de 10% na criação de escolas bilíngues no país, que hoje somam 1,2 mil escolas desse tipo, segundo a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (ABEBI), ainda assim não são suficientes.

## **A IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS COMO FORMADOR DO SUJEITO SURDO**

Qual é o papel do intérprete de Libras? Seu objetivo seria apenas interpretar? Ou o ato de interpretar, involuntariamente, afeta na formação do surdo como indivíduo? Afinal, qual o papel do intérprete de Libras na formação e construção da pessoa surda? Para começarmos a procurar respostas para essas perguntas, se faz necessário entendermos o que as Leis brasileiras regem sobre a profissão e quais os efeitos na prática do ato de traduzir/interpretar para pessoas surdas. Afinal, o que é o intérprete de língua de sinais? Numa tentativa técnica e resumida do que seria essa profissão, o intérprete seria o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada no país ao qual está inserido ele e a pessoa para quem ele interpreta. No caso do Brasil, o intérprete deve dominar a Libras e a língua portuguesa; é preciso também que haja qualificação específica para ser intérprete, o que significa ter domínio dos processos, dos



modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.

O intérprete é quem deve apresentar conhecimentos linguísticos e culturais de ambas as línguas envolvidas no processo tradutório/interpretativo e é o intermediador do ato comunicativo entre surdo e ouvinte, as vezes traduzindo e interpretando do Português para a Libras e vice-versa.

Em relação a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de intérprete de Libras, quero aqui destacar o Artigo 2º desta referida Lei, apenas para ressaltar o intuito desta pesquisa, que não versa sobre o trabalho do intérprete nas diferentes áreas como subdividem alguns pesquisadores (intérprete da área da educação, intérprete da área jurídica, intérprete da área da saúde, etc.), mas o nosso foco aqui é o que preconiza essa Lei no artigo segundo, que apenas trata o tradutor e intérprete como instrumento(s) de competência interpretativa e tradutória tão somente, sem dividi-lo(s) por área. “Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.” (Brasil, 2010). Só para ficar mais claro a diferença entre interpretação simultânea e consecutiva, é que na primeira, o intérprete geralmente fica isolado dos receptores e transmite as mensagens aos ouvintes de forma instantânea por meio de aparelhos sonoros; e na segunda, o intérprete apenas traduz o conteúdo ao público após o término de alguns períodos ou frases e não necessita de equipamentos.

Portanto, o papel do intérprete na formação do sujeito surdo se mostra fundamental e importante, pois este é o responsável direto em trazer até o indivíduo surdo a informação com responsabilidade, profissionalismo, ética, respeito e acima de tudo empatia. O intérprete se mostra como o principal canal do sujeito surdo ao conhecimento e ao mundo a sua volta.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Antes de tudo, vale salientar que a função de intérprete de Libras é separada por áreas ou segmentos de atuação de acordo com a proposta de alguns pesquisadores como por exemplo: com foco apenas na educação (intérpretes educacionais), na área da saúde, na área da justiça e demais áreas sociais; não nos deteremos a analisar apenas uma área da interpretação, nem muito menos todas elas, apesar de que a pesquisa se debruçou em intérpretes da área da educação, mas preconizamos o que define a Lei nº 12.319/10 que rege de forma geral a profissão de TILPS e que não faz essa distinção como os estudiosos da área, mas apenas define que a função dos intérpretes é a tradução ou interpretação independente de em qual ambiente estes estejam



atuando.

Portanto, levando em consideração a profissão de intérprete como, aquele que auxilia o indivíduo surdo na comunicação com o mundo externo, é que analisaremos agora as entrevistas feitas a alguns profissionais da área e também a alguns alunos e ex-alunos surdos do ensino médio e da universidade. Foram entrevistados seis (6) profissionais intérpretes e seis (6) surdos. Dos seis (6) profissionais, três (3) são do sexo feminino e três (3) do sexo masculino, sendo destes, quatro (4) intérpretes em universidade, um (1) na Câmara Municipal de Vereadores e um (1) em escola de ensino fundamental; dos alunos e ex-alunos, cinco (5) são do sexo masculino e apenas um (1) do sexo feminino, alunos da universidade cinco (5), sendo desses um (1) ex-aluno e apenas um (1) aluno do ensino médio. As residências dos entrevistados foram nas seguintes cidades por ordem alfabética: Apodi/RN, Assu/RN, Campina Grande/PB, Campo Grande/RN, Caraubas/RN, Carvalhos/MG, Mossoró/RN, Pau dos Ferros/RN e Quixeramobim/CE. Identificamos quando necessário os entrevistados por nomes fictícios. Os seis (6) intérpretes receberão os respectivos nomes: 1- Alex, 2- Bruno, 3- Celso, 4-Daniela, 5- Elena, 6- Fernanda; os seis (6) alunos respectivamente se chamarão: 1- Gabriela, 2- Heitor, 3- Isaías, 4-João, 5- Kleber e 6- Luiz.

Foram elaboradas e aplicadas aos TILS entrevistados 13 perguntas, que iremos aqui nos debruçar à análise: “Você concorda que o intérprete de Libras tem influência e contribuição na formação dos sujeito/pessoa surda?”, diante dessa pergunta, dos 6 (seis) intérpretes entrevistados, 5 (cinco) responderam que “SIM” e apenas 1 (um) respondeu que “NÃO”. Diante desse resultado precisamos analisar o seguinte, e essas deduções não se alcançam pelo questionário aplicado em si, mas diante de alguns outros estudos que afirmam que alguns intérpretes que não concordam que o TILPS contribuem para a formação e construção da pessoa surda, agem assim por serem adeptos da “neutralidade” na interpretação, o que é muito questionável, tendo em vista o objeto de trabalho do intérprete ser um “humano”, o que significa ser contrário de algo programável e imutável. Estamos tratando aqui de pessoas, que estão a todo tempo sendo transformadas pela informação e pelos canais que transmitem a informação ou recebem ela. Como apresenta Leite (2004, p.51):

Mas, como pode o intérprete regular sua neutralidade no momento em que interpreta? Como pode, sendo humano, tornar sua participação isenta de interferências pessoais? Questões como essas e outras não são novas para a interpretação de uma forma geral, mas ainda continuam a influenciar o pensamento e a prática das pessoas que, também, atuam na área da interpretação em língua de sinais, é o que estudiosos têm constatado. (Leite 2004, p.51)



Já para os surdos entrevistados, foram feitas 5 (cinco) perguntas onde da 2ª (segunda) até a 3ª (terceira) perguntas estavam implícitas o seguinte questionamento: “O intérprete contribui no seu aprendizado e na sua formação, dentro e fora da escola? e ainda, o intérprete da janela de Libras nos canais de comunicação também contribuem para o aprendizado? E todos responderam e concordaram que sim, que estes contribuem de maneira relevante. Para constar aqui citaremos a resposta da entrevistada surda, a única mulher dentre os surdos pesquisados, que atende pelo nome fictício de Gabriela, que afirma o seguinte diante da pergunta de número 2 (dois): “Na sua vida escolar, do fundamental ao ensino médio, o intérprete de Libras interferiu no seu aprendizado?”:

**Gabriela:** Depois de muito tempo, chegou intérprete e as coisas começaram a ficar mais claras e eu comecei a entender melhor como se respondiam as provas e as outras atividades que os professores me entregavam para eu fazer, e eu aprendi muito e consegui evoluir.

Nos detendo, agora, ao questionamento que foi feito a ambos sobre o intérprete da janela de Libras e se este também contribui na aquisição do conhecimento por parte do surdo, todos foram unânimes e concordaram que sim, argumentando de forma geral que a janela facilita o acesso à informação tão importante na formação da pessoa surda e que é um direito dos indivíduos surdos, que insere o surdo no meio social e ainda que ajuda o surdo na tomada de decisões. Destacamos aqui a resposta da intérprete Daniela que afirmou:

**Daniela:** A janela de Libras é fundamental para os sujeitos surdos, além de ser assegurada pela LBI, ela possibilita que os surdos recebam todas as informações na sua língua materna, ou seja, a Libras. Creio que seja importante principalmente nas atividades culturais, os surdos também devem conhecer nossa cultura.

Outro questionamento importante aos intérpretes foi: “Na sua experiência como intérprete, você acha que sua mediação tem auxiliado na melhoria das relações sociais entre surdos e ouvintes?” e apenas 1 (um) respondeu que não. Analisando os que foram favoráveis a essa pergunta, observamos que todos relataram a importância da presença do intérprete na vida do surdo e as transformações que essa presença faz socialmente, e uma das entrevistadas, Daniela foi mais longe ainda: “ela afirmou que o simples fato da presença do surdo em ambientes ainda que sem a existência de surdos, mesmo que um ambiente educacional, quebrava muitos preconceitos e tabus”.

Continuando nesse aspecto da presença do TILS em ambientes, dessa vez fora da escola, foi perguntado aos surdos se estes contribuem para os seus aprendizados mesmo sendo em



ambientes extra escolares, e nos chama atenção a resposta de Heitor:

**Heitor:** Toda quarta-feira tem reunião a noite com os surdos da Associação, é uma Associação própria para os surdos, onde tem um presidente também surdo. [...] essas reuniões são para falar sobre assuntos de interesse da Associação, também ouvir palestras, participar de jogos e brincadeiras, dinâmicas e interagir com os amigos surdos e ouvintes; tem festas juninas também e natal, [...] Também temos passeatas [...] e tudo isso é feito com a presença e ajuda dos intérpretes.

Analisando a pergunta: “Em sua mediação ou estratégia pedagógica na sala de aula, qual o papel do intérprete de Libras na construção relacional entre aluno surdo e o espaço escolar?”, segundo os entrevistados, esse papel é fundamental, pois o responsável por inserir o surdo nesse ambiente é o TILPS, tanto fazendo a mediação entre os surdos e os ouvintes (professores ou alunos), como também repassando todas as informações que estão sendo ministradas naquele espaço ao surdo. Também porque o intérprete muitas vezes é o único meio de acessibilidade entre o surdo e comunidade escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização dessa pesquisa e com os resultados obtidos, pudemos conhecer a relação intérprete de Libras na formação do sujeito surdo. concluímos que o trabalho do intérprete de Libras é fundamental na vida de surdos e ouvintes também, pois se não houvesse intérprete o ouvinte que não sabe Libras estaria sem total ou parcial acesso ao ato comunicativo. Que o intérprete é sim um personagem indispensável na formação e construção da pessoa surda, muitas vezes, sendo o único meio de acesso a inclusão encontrado pelo surdo.

Vimos ainda que se tratando de neutralidade no ato interpretativo, isso é quase impossível, tendo em vista o trato com a pessoa humana e não com máquinas. Que os indivíduos são dotados de personalidade e isso precisa ser compreendido como algo natural e moderado, não sendo proibido dentro da função de interpretar.

Este artigo contribuiu de forma importante no campo da pesquisa científica pois investigou uma das profissões mais atuais dos nossos tempos e contribuiu para que as pessoas tenham acesso ao conhecimento da necessidade dessa profissão em todos os segmentos da sociedade, principalmente porque ela muitas vezes proporciona o único canal entre o indivíduo surdo e o meio social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei Federal nº 4.063/1993 - Dispõe sobre a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais–LIBRAS.** Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1138561&filename=Dossie-PL%204066/1993](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1138561&filename=Dossie-PL%204066/1993) . Acesso em: 18 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm) . Acesso em: 18 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) . Acesso em: 18 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 12.319/2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.** Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-publicacaooriginal-129309-pl.html> . Acesso em 18 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 14.704/2023 - Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm) . Acesso em 18 mar. 2024.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto: Porto Editora, 1999.

GRANEMANN, Jussara Linhares. **Língua Brasileira de Sinais – Libras como L1 Para Estudantes Surdos Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.** 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/agnal/Downloads/5894-Texto%20do%20artigo-23369-1-10-20170803.pdf> . Acesso em: 18 mar. 2024.

LEITE, EMC. **Fundamentação Teórica.** In: LEITE, EMC. **Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva.** Arara Azul. Coleção Cultural e Diversidade, 2004. Cap. 4, p. 44-93.

MACHADO, F. M A; FELTES, H. P, M. **A interpretação simultânea no contexto político.** Cadernos de Tradução, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015. Disponível em:

[file:///C:/Users/agnal/Downloads/A\\_interpretacao\\_simultanea\\_no\\_contexto\\_politico.pdf](file:///C:/Users/agnal/Downloads/A_interpretacao_simultanea_no_contexto_politico.pdf) Acesso em: 18 mar. 2024

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

\_\_\_\_\_, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis, 2009.